Cadernos de História, Belo Horizonte, v. 25, n. 42, dezembro de 2024

Vestígios das primeiras iniciativas de filantropia e assistência à infância em Rio Branco (Acre) nas décadas de 1930 e 1940	Giane Lucélia Grotti Universidade Federal do Acre Juarez Tuchinski dos Anjos Universidade de Brasília

Resumo

O presente artigo tem por objetivo investigar os vestígios das primeiras iniciativas filantrópicas de assistência à infância na cidade de Rio Branco, capital do então Território do Acre, ocorridas entre as décadas de 1930 e 1940. Tomando por fonte o jornal "O Acre", nele são abordadas notícias das primeiras instituições criadas na capital para a assistência à infância: o Instituto de Amparo Social, a Instituição de Assistência Social Darcy Vargas e a Sociedade Plácido de Castro. Na falta de documentos produzidos pelas próprias instituições – até agora não localizados – o jornal fornece informações importantes sobre suas finalidades e iniciativas. Após a análise das ações de cada uma dessas instituições, as conclusões confirmam a hipótese de que, no período em tela, foi uma filantropia de caráter laico, com a participação feminina e com algum apoio do poder público, que caracterizou as primeiras iniciativas de assistência à infância levadas à cabo em Rio Branco.

Palavras-chave: Assistência à Infância; Estado Novo; Rio Branco; Acre.

Cadernos de História, Belo Horizonte, v. 25, n. 42, dezembro de 2024

Traces of the first initiatives of philanthropy and assistance to children in Rio Branco (Acre), in the 1930s and 1940s	Giane Lucélia Grotti Universidade Federal do Acre Juarez Tuchinski dos Anjos Universidade de Brasília

Abstract

This paper is aimed at investigating traces of the first philanthropic initiatives for child care in the city of Rio Branco, capital of the Territory of Acre, occurred during the 1930s and 1940s. The newspaper "O Acre" was used as a source; it contains news about the first institutions created in the capital for child care: the Instituto de Amparo Social, the Instituição de Assistência Social Darcy Vargas, and the Sociedade Plácido de Castro. In the absence of documents produced by these institutions – not located so far – the newspaper provides important information about their purposes and initiatives. After an analysis of the actions carried out by each of these institutions, the conclusions confirm the hypothesis that in the studied period philanthropy had a secular nature, with female participation and with some support by the public authority, which characterized the first child care initiatives carried out in Rio Branco.

Keywords: Child care; Estado Novo; Rio Branco; Acre.

Introdução

O cenário que constituiu os anos de 1930-1940 quanto ao serviço de assistência à criança e à maternidade no Brasil partiu de um movimento anterior, que compôs o pensamento moderno em diversos países. A 1ª. Guerra Mundial produziu o aumento das doenças, epidemias, pobreza e outras mazelas. Nesse cenário, as crianças foram as mais atingidas pelos efeitos danosos dessa conjuntura, prejudicando o crescimento da sociedade. Isso porque a alta taxa de mortalidade entre elas era elevadíssima, agravada pela aceitação, quase consensual, do trabalho infantil, o que diminuía ainda mais sua expectativa de vida.

Esse fato, gradualmente, foi considerado um problema que comprometeria o futuro sob diversos aspectos. Conforme aponta Cristina Fonseca, diversos países passaram a criar leis e implementar medidas de proteção e amparo à infância e a maternidade. Para exemplificar o que ocorreu, a autora cita alguns países como a Polônia e a Iugoslávia que, a partir do início dos anos de 1920, definiram que o Estado deveria cuidar da infância e da maternidade e protegê-la (FONSECA, 1993). A autora destaca o Chile que, em 1921, "instalou um Conselho Superior de Proteção à Infância, responsabilizando-se por todos os problemas relativos à criança" (FONSECA, 1993, p. 100) e a Argentina "fundou a Diretoria de Eugenia" nesse mesmo período, a fim de "controlar a assistência infantil" (FONSECA, 1993).

Fonseca (1993) destaca, ainda, que, nos Estados Unidos, o governo, junto às instituições privadas de assistência social, se uniu ao Conselho Social de Obras Sociais para prestar auxílio às crianças e suas mães. No que se refere à Europa, especificamente à Alemanha, a autora afirma que as medidas de assistência e amparo às crianças, em 1930, se expandiram justamente devido ao agravamento dos problemas sociais decorrentes do contexto das Guerras, com "uma cobertura que abrangia 90% dos lactantes, 30% a 40% das crianças em período pré-escolar e 100% dos escolares". (FONSECA, 1993, p.100-101).

No Brasil republicano, as primeiras iniciativas quanto à assistência à criança e à mãe partiram de particulares, sem o apoio de entidades governamentais. Uma das ações pioneiras de destaque no campo da assistência foi a que o médico Carlos Arthur

Moncorvo Filho empreendeu na cidade do Rio de Janeiro, ao fundar o Instituto de Proteção e Assistência à Infância (IPAI), em 1899. Posteriormente, estimulou a criação de outras instituições de proteção e amparo à infância e à maternidade, como também, exerceu pressão o Estado assumir esse serviço de assistência. (FREIRE e LEONY, 201).

O Instituto que dirigiu tinha como objetivos:

> inspecionar, cuidar, regulamentar, fomentar, exercer, proteger e fundar aparatos capazes de coordenar um plano geral de assistência médica, filantrópica e educativa à infância e às famílias pobres. A orientação proposta por Moncorvo Filho para a instituição apoiava-se na ideia, corrente à época, de que a razão médica deveria prevalecer sobre as diversas formas de organização da cidade e dos indivíduos. (CAMARA, 2013, p. 61).

Outra ação desenvolvida por este Instituto foi a implantação dos lactários, chamados de Gotas de Leite[1]. Esta prática visou promover a distribuição de leite às crianças e fornecer orientação às mães e às amas sobre os benefícios de uma amamentação adequada.

A "causa da infância", segundo Moncorvo, precisava ser enfrentada sob a ótica civilizadora e política, portanto, as pesquisas sobre o "problema da infância" acarretavam "estudos dos fatos sociais, a apreensão de estatísticas dos nascimentos, mortes, riqueza, ensino, trabalho". (SARTOR, 2000, p.148). Seu propósito era divulgar esses dados a fim de convencer o governo a investir nesta área tão peculiar e importante para o "futuro da nação" (SARTOR, 2000, p. 148).

Conforme Levy (1996), outra contribuição de grande importância realizada por Moncorvo Filho foi a criação do Departamento da Criança, em 1919**,** que funcionou como um complemento do Instituto. O propósito de tal departamento era levantar dados sobre a assistência à infância em todo o país, colocados à disposição do Governo Federal e, depois, divulgados nos Congressos de Proteção à Infância. Pode-se afirmar que algumas ações de iniciativa do IPAI permaneceram por algumas décadas nas atividades desenvolvidas por instituições criadas até o ano de 1940.

[1] Foi a partir de Congressos Internacionais de Gotas de Leite, realizados em países europeus e em estados norte-americanos, que essa prática foi adotada pelo Instituto de Proteção e Assistência à Infância e se tornaria mais um dos modelos de tratamento dispensado à infância pobre (WADSWORTH, 1999). Segundo o que Kuhlmann Jr. (2002) registra, a influência dos Estados Unidos depois da 1ª. Guerra Mundial se intensificou notadamente no Brasil, bem como nos demais países latino-americanos.

Diante desse contexto até aqui delineado, nosso objetivo é operar com um jogo de escalas (REVEL, 1998), reduzindo e deslocando as lentes da análise para uma região brasileira em particular, a cidade de Rio Branco, capital do então Território Federal do Acre, para investigar os vestígios das primeiras iniciativas filantrópicas de assistência à infância naquela localidade, ocorridas entre as décadas de 1930 e 1940.

Como observam Gisele Sanglard *et al* (2015). dialogando com os estudos de Catherine Duprat, segundo esta autora francesa:

> ...o conceito de filantropia admite uma dupla acepção. De forma genérica significa toda a ação social (caritativa ou humanitária), seja de inspiração confessional ou não; de forma específica, opõe-se às obras de caráter religioso, negando qualquer referência à espiritualidade (Duprat, 1996) (SANGLARD *et al.*, 2015, p. 13).

Nossa hipótese é de que é esse segundo tipo específico de filantropia, de caráter laico, mas com algum apoio do poder público, numa relação de mútua cooperação, que caracteriza as primeiras iniciativas de assistência à infância levadas à cabo em Rio Branco; uma filantropia, em alguns casos, não apenas masculina, mas também feminina, marcada pela atuação de mulheres no campo assistencial, inspiradas, em parte, pelo que fazia Darcy Vargas, Primeira-Dama do país à época e escolhida como nome de uma das instituições criadas no período no território acreano.

A fonte — evidência do passado no presente (BURKE, 2017) – escolhida para este estudo é a imprensa periódica local, mais especificamente o jornal O Acre, editado em Rio Branco. Nele comparecem notícias das primeiras instituições criadas na capital para a assistência à infância: o Instituto de Amparo Social, a Instituição de Assistência Social Darcy Vargas e a Sociedade Plácido de Castro. Na falta de documentos produzidos pelas próprias instituições – até agora não localizados – o jornal fornece informações importantes sobre suas finalidades e iniciativas no período.

Atentos às ponderações do historiador Robert Darnton (1996) entendemos que o jornal, ao dar visibilidade às iniciativas de assistência à infância, não se limitava a relatá-las, mas tornava-se "ingrediente dos acontecimentos" (DARNTON, 1996, p. 15), visando interferir na realidade e somar-se às ações que almejavam materializar formas de proteção à criança em Rio Branco. As notícias que estampava, mais do que reflexos da realidade relatada, são, assim, encaradas não como *o que aconteceu*, mas sim "*relatos sobre o que*

aconteceu" (DARNTON, 2005, p. 41, *grifos nossos*), tentativas de produzir nos leitores sentidos e significados para a informação transmitida através dos prelos tipográficos.

Devemos, desde já, reconhecer que o que emerge das páginas do jornal O Acre são, sobretudo, vestígios das iniciativas de assistência encetadas no período, "a marca perceptível aos sentidos, deixada por um fenômeno em si impossível de captar" (BLOCH, 2011, p. 73). Assim, será com base em informações escassas e por vezes lacunares que procuraremos construir nossa interpretação historiográfica sobre o modo como determinados grupos filantrópicos atenderam às necessidades da infância mais carente em Rio Branco, no período em tela. Se por um lado, nem sempre encontraremos todas as evidências de que desejaríamos dispor, por outro, nos conformaremos, mais uma vez, com o que asseverou Carlo Ginzburg quando afirmou que "o nosso conhecimento do passado é um empreendimento necessariamente desconexo, cheio de lacunas e incertezas, alicerçado em fragmentos e ruínas" (GINZBURG, 1991, p. 232), mas, nem por isso, menos conhecimento.

Apresentados os protocolos historiográficos, teóricos e metodológicos deste estudo, ele divide-se em três partes, cada uma delas dedicada à análise de uma das iniciativas filantrópicas de assistência à infância que emergiram da análise das páginas do jornal O Acre. Ao final, encerramos com algumas considerações, a modo de conclusão.

O Instituto de Amparo Social: uma instituição nacional em terras acreanas

Nos anos de 1930 e 1940, a propaganda governamental era veiculada exacerbadamente em todos os Estados e municípios da federação, bem como, no então Território do Acre. No tocante à assistência à população desfavorecida socialmente, notícias semanais incluíam temas relativos às contribuições aos necessitados, com destaque para as crianças, mães, gestantes e lactantes. O periódico, jornal O Acre, disseminava debates proferidos nos grandes centros urbanos, divulgando as deliberações e ações que compuseram essa história da assistência.

Precisamente no ano de 1936, uma matéria veiculada no referido jornal, intitulada "Hygiene e Saúde para Todos"[2], originalmente publicada pela Editora Melhoramentos em forma de livretes, expõe uma série de orientações sobre os cuidados

[2] Na transcrição das fontes, optamos por manter a ortografia da época.

com o corpo e a saúde. Essa matéria de autoria do Dr. Sebastião Barroso, "experiente técnico propagandista sanitário" e ex-inspetor de Propaganda e Educação Sanitária, enfatiza a higiene e a saúde como condicionantes essenciais para a manutenção e resistência do organismo às doenças e para a satisfação das contingências da vida. (O ACRE, 19/04/1936, p. 6). Essa matéria está entre as várias encontradas ao longo do período em tela, exemplificando como esse debate circulou em todo o território nacional, por meio dos impressos.

Uma das primeiras instituições assistenciais encontradas dentro desta pesquisa que instruiu como deveriam ser assistidas as pessoas "desvalidas" no Território Federal do Acre, mais especificamente em Rio Branco, foi o *Instituto de Amparo Social*, cujas finalidades eram:

> a) Zelar pela saúde pública, promovendo o amparo dos desvalidos, fornecendo os necessários serviços técnicos, bem como estimulando os serviços sociais existentes e coordenando as suas finalidades;
>
> b) Incentivar a educação eugênica;
>
> c) *Amparar a maternidade e a infância,* para o que a União, os Estados e os Municípios destinarão 1 por cento de seus fundos tributários;
>
> d) Socorrer as famílias de prole numerosa;
>
> e) Proteger a juventude contra a exploração bem como contra o abandono physico, moral e intelectual;
>
> *f) Restringir a mortalidade e a morbicidade infantil;*
>
> g) Votar medidas de hygiene social visando impedir a programação de moléstias. (O ACRE, 02/02/1936, p. 4, *grifos nossos*).

Conforme se depreende do excerto acima, o Instituto de Amparo Social não tinha como foco exclusivo a assistência à infância, mas, sem dúvida, a tomava como um dos seus campos de ação, seja no amparo à maternidade e à infância, fosse na busca por restringir a mortalidade e as doenças que se poderiam adquirir nessa etapa da vida (índice de morbidade, diríamos hoje).

Esse Instituto de Amparo Social foi uma instituição criada para estudar, coordenar e aplicar medidas de assistência social em todo o país (O ACRE, 22/08/1935, s/p). Percebe-se, assim, que o Instituto não era uma iniciativa acreana, mas um braço da filantropia em nível nacional e que teria, ali, sua representação local. A solenidade de posse da diretoria foi anunciada pelo jornal O Acre no dia 28/07/1935 e um representante do território do Acre foi convidado a participar dessa solenidade na capital do país, Rio de Janeiro. Por fim, o Desembargador Alberto Diniz foi designado para ser o delegado representante do território acreano nas reuniões que sucederam a criação deste Instituto. (O ACRE, 05/07/1936).

Ao todo, durante os anos de 1930 e 1940, foram encontradas 14 matérias publicadas no jornal O Acre, com assuntos referentes a algumas ações executadas pelo Instituto de Amparo Social, a maioria delas era troca de correspondência entre o representante da Comissão Nacional e o Delegado do Acre e versavam sobre: relatório dos serviços sociais realizados; participação de um representante na Amostra Internacional que visava a divulgar os serviços prestados pelo Instituto; justificativas pelo não comparecimento a alguns encontros nacionais da Comissão local, além de troca de cumprimentos e elogios pelos serviços realizados.

Tomando para análise cada item publicado separadamente e, depois, em conjunto, fica claro que a preocupação dos dirigentes do instituto era implantar uma cultura eugênica higienista na sociedade de cunho assistencial, com fortes bases ligadas ao nacionalismo, consoante com a política vigente à época.

Essa concepção de uma cultura eugênica higienista foi se constituindo ao longo do transcurso do século XIX para o XX, momento em que algumas cidades estavam tornando-se metrópoles. Um considerável contingente de pessoas (migrantes brasileiros, do meio rural para o urbano; migrantes estrangeiros) afluíram para as grandes cidades sem haver qualquer planejamento para seu acolhimento, ocasionando, em curto espaço de tempo, sérios problemas estruturais e administrativos.

O surgimento de casas do tipo cortiços, a proliferação de doenças infectocontagiosas, a ponto de se tornarem verdadeiras epidemias, tornaram-se objeto de grande preocupação. A promiscuidade, a degradação moral, o acúmulo de lixo, greves, brigas, roubos, foram situações que se tornaram bastante comuns. Tais circunstâncias

exigiram uma tomada de decisão urgente por parte do poder público (ROCHA, 2003). Neste contexto, a ideia de higienizar a população e conter certos comportamentos indesejáveis foi construída e compõem a pauta do discurso nacionalista, constituído na figura de Getúlio Vargas, representante oficial da política do Estado Novo.

Em vista disso, pode ser inferido que a intenção da criação do Instituto de Amparo Social (O ACRE, 19/01/1936, p. 5) fez parte do ideário reformador e moralizador, no sentido de estabelecer princípios para coordenar os serviços de assistência social existentes e prover outras ações a serem implantadas em cada município brasileiro. Essa coordenação apontava para a necessidade de proteção da população, visando a conservar a saúde através das ações de assistência, envolvendo as questões: material, moral e intelectual.

O Estatuto desse Instituto discrimina o que seria de competência de cada Estado ou Território, destacando que todas as medidas de assistência deveriam: "promover arrecadações de pecúnia que reputar serem úteis ao Instituto, e divulgar, em propaganda eficaz, os ensinamentos, as licções e os exemplos que forem salutares à assistência social". E acrescenta que deveria ser pleiteada a "creação de verbas de filantropia no orçamento estadual e nos orçamentos municipais" (O ACRE, 02/02/1936, p. 4).

Nota-se que o objetivo de padronizar ou instituir uma ordenação das ações de assistência social foi pensado envolvendo todas as esferas administrativas, devendo, cada uma delas, contribuir financeiramente para a consecução de seus fins. A partir dessas diretrizes, houve uma mobilização para se estabelecer instituições que atendessem à demanda local, tomando como base os princípios estabelecidos no Estatuto.

Quatro anos mais tarde, após a publicação da criação do Estatuto do Instituto de Amparo Social, o jornal O Acre anuncia a criação do *Centro de Assistência Social Darcy Vargas, nº 1* em Rio Branco. Esta instituição, nascida em território acreano, procurou pautar o sentido de sua essência na direção dos princípios estabelecidos no Regulamento do Instituto de Amparo Social, como será visto a seguir.

O Centro de Assistência Social Darcy Vargas N. 1: filantropia no feminino

A matéria publicada em 12/04/1940 apresenta "as senhoras da elite acreana" à frente do trabalho assistencial, anunciando ser esta uma atividade tanto médica quanto social. No

texto, é anunciada a instalação de uma "importantíssima instituição com sede nesta capital e centros em todos os municípios, iniciativa que se molda nas realizações que estão levando a efeito nos centros da população do país" (O ACRE, 12/04/1940, p. 1). Há, aqui, o destaque em relação ao "problema da assistência médico-social", que se apresenta com dimensões realmente "contristadoras". O jornal destaca, ainda, a importância do papel das mulheres acreanas no envolvimento com a causa dos desprovidos e trata com "pezar" a situação de pobreza na qual os bairros da capital se encontravam (O ACRE, 12/04/1940, p. 1).

O jornal também registra que o próprio governador entraria em contato, via telegrama, com os professores Osvaldo Barbosa e Clementino Fraga, chefe-secretário geral, respectivamente, do Departamento de Assistência Médico Social do Rio de Janeiro, a fim de requerer a "devida colaboração técnica desses grandes órgãos nacionais". O texto é finalizado com o seguinte registro: "A referida instituição [...] abrangerá todo o Território, tendo esta capital como sede, na qual funciona o centro de Assistência Médico-Social n. 1" (O ACRE, 12/04/1940, p. 1).

Esse registro marca a institucionalização do "Centro de Assistência Social Darcy Vargas N.1" [3]. (O ACRE, 03/05/1940, p. 8). A Instituição levou essa numeração pelo fato de ser o primeiro no Acre e, conforme as intenções dos que estavam à frente do trabalho, à época, outros Centros de Assistência seriam criados no interior do território, a fim de oferecer assistência a todos os municípios acreanos. É possível compreender, portanto, que o Centro de Assistência Social Darcy Vargas procurou acompanhar os objetivos/finalidades que haviam sido propostos no Estatuto do Instituto de Amparo Social.

A escolha pelo nome da então Primeira Dama do país para batizar a iniciativa filantrópica das mulheres acreanas certamente não foi aleatória. Como demonstrou Ivana Simili:

> Entre 1930 a 1945, ao mesmo tempo em que sua vida como mãe e esposa direciona-se para o privado, cuidando dos filhos, do marido e de suas questões, a primeira Dama se envolveria no espaço público com problemáticas sociais relacionadas à infância. Em 1938, ela criou a Fundação Darcy Vargas, uma entidade filantrópica com a finalidade de 'curar, amparar e educar a infância desvalida da cidade do Rio de Janeiro, como também promover a difusão do ensino profissionalizante de menores

[3] Esse Centro foi reconhecido como de utilidade pública através do Decreto nº 91 de 29/04/1940.

> de ambos os sexos, com o propósito de prepará-los moral e fisicamente para uma vida útil, modesta e feliz' (Ata de Reunião da Fundação Darcy Vargas, de 12.12.1939) (SIMILI, 2008, p. 81).

A instituição acreana, fundada dois anos depois, guardava semelhanças com a congênere carioca, já que teria a assistência aos mais pobres e à infância como sua frente de trabalho. Outro ponto em comum era o protagonismo que as mulheres assumiriam no trabalho social, característica das relações de gênero na filantropia que estava em relevo no período do Estado Novo. Conforme Simili:

> Ao participarem da fundação de entidades assistenciais destinadas à infância, as mulheres que se envolveram nos anos 1930 e 1940 com a filantropia, nas suas práticas, evidenciavam que compartilhavam as representações de que podiam cuidar, amparar e educar os filhos de outras mães, ocupando, assim, o lugar da família. Ao cuidar das crianças, cuidavam também das mães, por intermédio dos filhos (SIMILI, 2008, p. 94).

O Centro de Assistência Social Darcy Vargas foi presidido pela senhora Alaíde Martins, esposa do então governador do território do Acre, o senhor Epaminondas de Oliveira Martins. Em entrevista concedida ao jornal O Acre, D. Alaíde demonstrou que as indicações constantes no Estatuto do Instituto de Amparo Social estavam iniciadas ao angariar recursos a fim de custear as primeiras ações dessa instituição. Foi com a realização de um Arraial[4] que uma considerável importância foi arrecadada e, na sequência, afirma que,

> [...] enviamos esforços junto ao governo no sentido de ser contemplada a Instituição no próximo orçamento.
>
> O nosso apelo foi atendido, ficando assim patenteado de modo decisivo a boa vontade do governo a essa grande obra de benemerência.
>
> E graças a esses primeiros recursos podemos dar uma orientação eficiente a economia da instituição, sendo traçado um plano que nos permitirá maior ampliação de reservas monetárias. (O ACRE, 14/09/1940, s/p).

[4] O significado de Arraial, para o contexto apresentado, diz respeito a atividades de entretenimento: jogos, brincadeiras, venda de alimentos e bebidas, visando a angariar recursos para custear obras sociais.

Outra constatação de que os objetivos constantes no Estatuto do Instituto de Amparo Social estavam sendo implementados pelo Centro de Assistência Social Darcy Vargas diz respeito ao foco de atuação da instituição que, desde o princípio, se pautou

> [...] *em benefício da criança.* Para tanto, está organizando com a colaboração especializada do Departamento de Saúde do Território um modesto programa de assistência, que dentro em pouco será iniciado com a abertura e um ambulatório, onde atenderá com máxima solicitude a criança, mas também a gestante e a lactante. (O ACRE, 22/11/1942, s/p, *grifos nossos*).

As atividades do Centro de Assistência Social Darcy Vargas, apesar de terem focado sua atuação em atender à infância e à maternidade, não puderam deixar de seguir, também, o que determinava o Estatuto da instituição: criar Postos de Puericultura e higiene; prestar auxílio moral e material à população do Território; estabelecer cooperação com a Associação de Pais e Professores, a fim de garantir merenda aos escolares; prover educação dentária aos estudantes; encaminhar para atividades diversas os desassistidos socialmente, conforme suas aptidões; promover a evolução do nível moral; criar escolas para meninas pobres, cujo currículo privilegiará a educação doméstica; realizar conferências populares, para difundir, do ponto de vista cristão, a justiça social. (O ACRE, 03/05/1940, p.2).

Essa Instituição incentivou a doação de serviços e produtos como roupas, sapatos, medicamentos e alimentos. Recursos em dinheiro também foram angariados através da promoção de eventos: bailes, chás, festas e arraiás.

A verba obtida era revertida na aquisição dos gêneros de primeira necessidade e, em épocas natalinas, na compra de brinquedos, fazendas, dentre outros, distribuídos aos desfavorecidos social e materialmente. (O ACRE, 27/10/1940, p.5). Comerciantes locais, a exemplo dos Sr. José Chaar, Jorge Cecim e José Kairala, ao deixarem a região do Alto Acre[5], local de suas residências, passaram pela capital Rio Branco e doaram um "auxílio a essa benemérita organização". (O ACRE, 22/11/1942, s.p.)[6].

[5] Essa região compreende os municípios de Xapuri, Brasiléia, Epitaciolândia e Assis Brasil.

[6] Estima-se que essa informação tenha sido veiculada entre os anos de 1940 e 1942, visto que, em anos posteriores, não foi encontrada nenhuma atividade desempenhada por essa instituição.

O jornal O Acre dá visibilidade ao empenho do Centro de Assistência Social Darcy Vargas em atender as demandas assistenciais, momento em que estabelece parceria com a *Sociedade Plácido de Castro* para juntas, com apoio do governador, elaborarem um projeto de assistência, o que trataremos na sequência.

A parceria entre a Sociedade Plácido de Castro e o Centro de Assistência Social Darcy Vargas

Em 15 de dezembro de 1940, foi notícia nas páginas do jornal O Acre:

> A Instituição "Darcy Vargas". E o seu programa de assistência à população acreana.
>
> A Instituição Social *DARCY VARGAS*, cumprindo o seu programa de assistência à população acreana, vai organizar um amplo serviço de proteção à maternidade e à infância, no ano vindouro, para que conta com o apoio do Governador Epaminondas Martins, sempre empenhado na solução dos problemas que dizem respeito à melhoria do nosso padrão de vida.
>
> Para isso, de colaboração com a Sociedade *Plácido de Castro*, elaborou um projeto que está sendo cuidadosamente estudado, afim de ser executado em 1941.
>
> (O ACRE, 15/12/1940, p. 6).

A Sociedade Plácido de Castro – instituição de caráter educativo e filantrópico, cuja data de fundação não foi localizada, mas cujo nome e ações comparecem no recorte desta pesquisa – aderiu à campanha empreendida pela Instituição Darcy Vargas, quanto à proteção e amparo à infância e à maternidade, porém manteve seu maior objetivo, que era disseminar os preceitos nacionalistas. Difundia que o desenvolvimento do território se daria através da educação do povo acreano, da organização da indústria, do comércio e da colonização do território.

Na matéria publicada sobre a Sociedade Plácido de Castro, há um apelo para que a população a ajude em suas ações, tendo como meta: "Fazer propaganda do Acre", a fim de chamar a "atenção de nossos patrícios para as necessidades desta região, solicitar sua

colaboração em benefício desta longínqua terra brasileira" (O ACRE, 24/11/1940, p.4). Seguem alguns dos propósitos dessa Sociedade:

> [...] pugnar: pela organização de bibliotecas e museus populares; pela educação manual e técnica; pela educação sanitária; pela educação doméstica; pelo amor a natureza, promovendo o gôsto pelos jardins e plantio ou organização de bosques municipais; pelo desenvolvimento do artesanato e das indústrias domésticas; pelo desenvolvimento da economia agropecuária. Pelo cooperativismo e pela colonização, pela melhoria das condições de habitação, alimentação e de vida em geral das populações acreanas. (Idem, ibidem).

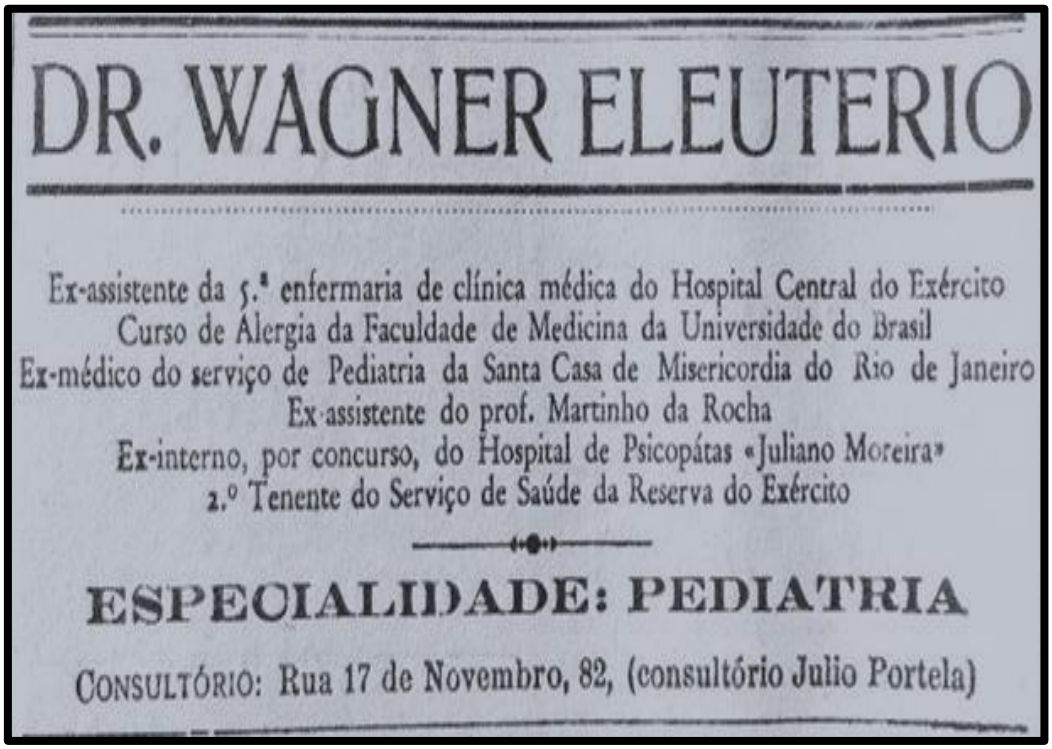
A união entre a Sociedade Plácido e Castro e a Instituição Darci Vargas, no intuito de concretizar o programa de assistência às crianças e às mães, fortaleceu o apelo diante do governador para que viabilizasse a contratação de um

> [...] *médico especialista em puericultura* para trabalhar nesta capital. Do Rio de Janeiro onde se encontrava, embarcou com destino a Belém, donde se transportará para Rio Branco, o *dr. Wagner Eleutério*, assistente do dr. Marinho da Rocha, notável pediatra carioca. Vem o jovem clínico servir no Departamento de Saúde do Território do Acre, dentro de sua especialidade, levando a efeito o programa traçado pela Instituição *Darcy Vargas* sob os auspícios do Govêrno. (O ACRE, 15/12/1940, p. 6, *grifos nossos*).

Diante disso, o Dr. Wagner Eleutério, carioca, residente naquele momento em Belém, foi contatado, de forma que aceitou o desafio de vir para o Acre e assumir o Posto de pediatra. Naquele período, era imprescindível para o cumprimento do projeto nacionalista "cuidar da raça, ou seja, da nação. E, segundo os médicos, caberia a eles o privilégio da execução de tal tarefa" (SCHWARCZ, 1993, p.235).

Abaixo, apresenta-se o currículo resumido do pediatra, quando de seu estabelecimento no território do Acre:

FIGURA 1: CURRÍCULO DO DR. WAGNER ELEUTÉRIO- PEDIATRA



FONTE: Jornal O Acre 29/06/1941, p. 9.

Essa divulgação, provavelmente, deve ter provocado uma reação impactante, pois até aquele momento não havia, no Acre, um especialista em pediatria com tais qualificações. Um médico formado no Rio de Janeiro representava muito, visto que, em décadas anteriores, especificamente naquela cidade, foram criados por Moncorvo Filho, no IPAI, os primeiros cursos para habilitar médicos nos cuidados com as crianças.

Sobre esse deslocamento de profissionais de um lugar para outro, como é o caso do médico Wagner Eleutério do Rio de Janeiro para o Acre, Marta Carvalho, em seu trabalho intitulado *Reformas da Instrução Pública,* apresenta uma discussão a respeito dos esforços em torno da organização de um ensino modelar na cidade de São Paulo, assegurando à escola paulista o "signo progresso". Para se garantir a modernização do ensino paulistano, a fim de dar "visibilidade das práticas escolares" foi utilizado o dispositivo de "empréstimo de técnicos", que saíram daquele local para difundir o modelo no interior do Estado e demais regiões do país. (CARVALHO, 2000, p.225-226). A partir disso, faz-se a analogia dessa prática com o que aconteceu no território acreano, quando do "empréstimo" do médico Dr. Wagner Eleutério.

Dias depois da notícia da vinda do Dr. Wagner Eleutério ao Acre, foi divulgada a informação de que um Posto de Puericultura havia sido instalado às custas da participação da sociedade que, através de donativos, garantiu o pagamento do aluguel da casa em que ele trabalharia. "Foram tomadas as providências para deixá-lo em condições de atender à população". (O ACRE, 22/09/1940, p. 4). O ambiente para receber o médico estava sendo cuidadosamente preparado, mesmo que a princípio tenha funcionado em instalações provisórias.

No mesmo dia, 22/09/1940, o jornal O Acre publica uma matéria com a manchete: a "Campanha do Departamento Nacional da Criança (DNCr) continua sendo esta uma campanha que durará tempo necessário a distribuir por todo o país tais instituições". A matéria se referia aos Postos de Puericultura, que tinham a finalidade de contribuir com "um decidido amparo às nossas populações infantis", devendo ser estabelecidos o quanto antes. Foram investidos, naquele momento, cerca de "sete mil contos na construção de Postos de Puericultura e também de Maternidades e outros estabelecimentos de socorro infantil". Na matéria, havia o apelo para que as demais instâncias, estadual, municipal e iniciativa privada se juntassem a este movimento e "Só assim terá a nacionalidade – como expressão de coesão nacional – demonstrado o seu interesse pelas nossas crianças." (O ACRE, 22/07/1940, p.4).

Ao instalar o Posto de Puericultura, o Acre apresenta estar *pari passu*, ou melhor, muito próximo do que de mais novo e moderno fora indicado pelos grandes centros quanto à assistência à mãe e à criança pobres. Após um curto período de atuação, a Instituição Social Darcy Vargas, em 1942, é absorvida pela LBA – Legião Brasileira de Assistência – , conforme atesta o artigo abaixo:

> (...) Embora ainda em fase embrionária, a Legião já se assinala, notavelmente, em nosso meio, pelas obras de assistência realizadas, que inúmeros benefícios tem proporcionado aos nossos desajustados sociais.
>
> Tendo a Comissão Estadual encampado a - Assistência Social Darci Vargas – que funcionava nesta capital chamou para si o trabalho e o acervo dessa instituição, cujos assistidos vêm agora recebendo o seu amparo e cuidados. (O ACRE, 22/11/1942, p. 1).

As instituições apresentadas, Sociedade Plácido de Castro e a Instituição Social Darci Vargas, não foram mais mencionadas nas fontes, imediatamente após o estabelecimento da Legião Brasileira de Assistência, o que sugere que esta substituiu aquelas. A LBA foi a instituição mais atuante no Acre, em termos de quantidade de ações sociais sob sua responsabilidade, como em termos de sua permanência ao longo dos anos. Mas esta já é outra página da história da assistência à infância no Território Acreano...

Considerações finais

Este artigo teve por objetivo investigar os vestígios das primeiras iniciativas filantrópicas de assistência à infância na cidade de Rio Branco, capital do Território do Acre, ocorridas entre as décadas de 1930 e 1940.

Foi possível, na interrogação das evidências disponíveis, confirmar a hipótese de que, no período em tela, foi uma filantropia de caráter laico, com a participação feminina e com algum apoio do poder público, que caracterizou as primeiras iniciativas de assistência à infância levadas à cabo em Rio Branco.

Identificamos, nas páginas do jornal O Acre, três instituições, atuando ora isoladamente, ora em conjunto, buscando promover ações em prol da assistência à infância e da maternidade, ainda que, na maioria das vezes, esse não fosse seu campo exclusivo de ação. Na verdade, pode-se afirmar que as primeiras iniciativas de assistência à infância em Rio Branco eram pulverizadas, buscando apropriar-se de modelos em circulação no país, adaptando-os à realidade local. Ainda assim, foram iniciativas importantes e que viriam, posteriormente, a ser assumidas por um órgão de maior envergadura e alcance nacional, a Legião Brasileira de Assistência.

A partir dos dados aqui levantados, cabem estudos futuros sobre a atuação da LBA em Rio Branco bem como o mapeamento de outras iniciativas de assistência que possam ter sido encampadas no período posterior ao Estado Novo, expandindo o olhar, também, para outras cidades do antigo Território Federal do Acre. Espera-se, assim, que as interpretações aqui construídas possam provocar outros estudos sobre a história da assistência à infância nessa região, ainda pouco visitada pela pesquisa historiográfica sobre a temática.

Referências

BLOCH, Marc. **A apologia da História ou O Ofício do Historiador.** Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular:** o uso de imagens como evidência histórica. São Paulo: Editora da UNESP, 2017.

CAMARA, Sônia. Inspeção sanitária escolar e educação da infância na obra do médico Arthur Moncorvo Filho. **Rev. Bras. Hist. Educ**, Campinas , v. 13, n. 03, p. 60-61, 2013.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Reformas da instrução pública. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de *et al.* (org.). **500 anos de educação no Brasil.** Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 225-252.

DARNTON, Robert. As notícias em Paris: uma pioneira sociedade da informação. In: **Os dentes falsos de George Washington:** um guia não convencional para o século XVIII. São Paulo: companhia das Letras, 2005, p. 40-90.

DARNTON, Robert. Introdução. In: DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel (orgs.) **Revolução impressa:** a imprensa na França 1775-1800. São Paulo: Edusp, 1996, p. 15-20.

FONSECA, Cristina M. Oliveira. A saúde da criança na política social do primeiro governo Vargas. **Physis:** Revista de Saúde Coletiva. Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 97-116.

FREIRE, Maria Martha de Luna e LEONY, Vinícius da Silva. A caridade científica: Moncorvo Filho e o Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro (1899-1930). **Revista Hist. Cienc. Saúde**. Manguinhos - Rio de Janeiro, vol.18, p.199-225, dez. 2011.

GINZBURG, Carlo. Ekphrasis e Citação. In: **A micro-história e outros ensaios.** Lisboa: Difel, 1989, p. 215-232.

KUHLMANN, Moysés. A circulação de ideias sobre a educação das crianças: Brasil, início do século XX. In: FREITAS, Marcos Cezar; KULHMANN JR, Moysés (orgs.) **Os intelectuais na história da infância**. São Paulo: Cortez, 2002, p. 459-503.

LEVY, Ivete Cherem. **A trajetória de Moncorvo Filho**: puericultura e filantropia num projeto de assistência a infância. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1996.

O ACRE. Rio Branco, 02 fev. 1936.

O ACRE. Rio Branco, 03 mai. 1940.

O ACRE. Rio Branco, 03 mai. 1940.

O ACRE. Rio Branco, 05 jul. 1936.

O ACRE. Rio Branco, 12 abr. 1940.

O ACRE. Rio Branco, 14 set. 1940.

O ACRE. Rio Branco, 15 dez. 1940.

O ACRE. Rio Branco, 15 set. 1940.

O ACRE. Rio Branco, 19 abr. 1936.

O ACRE. Rio Branco, 19 jan. 1936.

O ACRE. Rio Branco, 22 ago. 1935.

O ACRE. Rio Branco, 22 jul. 1940.

O ACRE. Rio Branco, 22 nov. 1942.

O ACRE. Rio Branco, 22 nov. 1942.

O ACRE. Rio Branco, 22 set. 1940.

O ACRE. Rio Branco, 24 nov. 1940.

O ACRE. Rio Branco, 27 out. 1940.

O ACRE. Rio Branco, 29 jun. 1941.

REVEL, Jacques (org.) **Jogos de escala:** a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998.

ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. **A Higienização dos Costumes**: educação escolar e saúde no projeto do Instituto de Hygiene de São Paulo. Campinas: Mercado das Letras, 2003.

SANGLARD, Gisele *et al*. Apresentação. In: SANGLARD, Gisele *et al.* (orgs.) **Filantropos da Nação:** sociedade, saúde e assistência no Brasil e em Portugal. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2015, p. 13-22.

SARTOR, Carla Daniel. Proteção e Assistência a Infância: Considerações sobre o 1º. Congresso Brasileiro de Proteção à Infância. In: RIZZINI, Irma (org.). **Crianças Desvalidas, Indígenas e Negras no Brasil:** cenas da Colônia, do Império e da República. Rio de Janeiro: USU Ed. Universitária, 2000, p. 143-178.

SCHWARCZ, Lilia. **O Espetáculo da Raças**: cientistas, instituições e questão racional no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia da Letras, 1993.

SIMILI, Ivana Guilherme. **Mulher e política:** A trajetória da primeira-dama Darcy Vargas (1930-1945). São Paulo: EDUNESP, 2008.

WADSWORTH, James, E. Moncorvo Filho e o problema da Infância: modelos institucionais e ideológicos da assistência à infância no Brasil. In: **Revista Brasileira de História.** São Paulo, vol. 19 n. 37, p. 1-13, set 1999.